

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA NÚMERO TRÊS DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 28.12.2013**

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro de dois mil e treze, nesta Cidade de Tarouca, e Auditório Municipal Adácio Pestana, teve lugar a terceira sessão da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pelos membros Rui Manuel da Costa Pereira e Dina Maria de Almeida Tomé, primeiro e segundo secretários, respetivamente.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos.

Procedeu-se de imediato à chamada para a verificação do quórum, tendo-se notado a presença dos seguintes membros, para além dos supra mencionados que constituem a Mesa da Assembleia:

- Membros eleitos diretamente:

- Maria Amélia Pires de Albuquerque; Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmento; António do Carmo Santos; Manuel do Carmo Ferreira; Liliana Matias Soares; Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; Ana Palmira Botelho Figueiredo; Paulo Jorge Dias Pereira; José Manuel de Andrade Oliveira; Manuel Leite dos Santos e Teresa Alexandra Carvalho Silva Ferreira.

- Presidentes de Junta de Freguesia:

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Domingos dos Santos Rodrigues; João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Verificou-se a presença do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José António Amaro Nunes, José Damião Lopes Guedes de Melo e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se ainda a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por salientar que, pela primeira vez na história da Assembleia Municipal, é feita uma sessão fora dos Paços do Município.

Cumprimentou o público presente de forma sentida, com cuja presença em tão elevado número se congratulou, tendo solicitado aos membros da Assembleia e ao Executivo para aplaudirem de pé todos os cidadãos, que individualmente ou em representação de Instituições do Concelho, fizeram questão de participar nesta sessão da Assembleia Municipal, tendo ressaltado que quando o público participa a democracia está na sua plenitude.

Cumprimentou de seguida a comunicação social formal e informal presente, por entender que têm um papel muito

importante para levar a mensagem a quem aqui não pode estar presente.

Agradeceu a presença dos representantes de várias instituições importantes do Concelho, designadamente do: GASPTA; Grupo Elas; Banda Filarmónica de Salzedas; Presidente do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas; Associação S. Martinho dos Esporões; Associação S. Marcos de Valdevez; Associação de Estudantes da Escola Dr. José Leite de Vasconcelos; Associação de Dadores de Sangue; Jornal da Beira Douro; Clube de Caçadores de Tarouca; Associação Desportiva e Recreativa Tarouquense; Santa Casa da Misericórdia de Tarouca.

Considerando que esta sessão é a primeira que esta Assembleia Municipal realiza após a aprovação do Regimento para o corrente mandato autárquico, aproveitou para chamar a atenção do público presente, para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento da intervenção do público, até esta altura da sessão.

Alertou ainda os presentes de que, tal como acontece nas reuniões da Assembleia da República, também aqui não é permitido a nenhum cidadão intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas.

Concluiu explicando que o novo Regimento permite a intervenção do público em dois momentos, o primeiro que acontecerá logo a seguir à aprovação da ata, para o qual os interessados têm de se inscrever no início da sessão, tal como já informou, e o segundo que terá lugar no final da reunião, para o qual se deverão inscrever imediatamente antes da discussão do último ponto da ordem do dia.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

➤ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

o Apreciação e votação da acta n° 2, da sessão extraordinária de 22.11.2013;

o Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

➤ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

➤ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

o Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

➤ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Discussão e votação das Grandes Opções do Plano, do Orçamento Municipal, e do mapa de pessoal para o ano de 2014;

2. Discussão e votação da proposta de atualização anual, por referência à taxa de inflação, das taxas municipais previstas no Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca - orçamento de 2014;



28.12.2013

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

3. Discussão e votação da proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da assembleia municipal - realização de despesas com encargos plurianuais para 2014;
4. Discussão e votação da proposta de autorização genérica para contratação de empréstimo a curto prazo em 2014 (nº7 do artigo 38º da lei nº2 /2007, de 15.01);
5. Discussão e votação da proposta de celebração de acordos de execução com as Juntas de Freguesia para efeitos de exercício das competências objecto de delegação legal, no mandato de 2013-2017 - pedido de autorização à Assembleia Municipal;
6. Discussão e votação da proposta Taxa Municipal de Direitos de Passagem - aprovação do percentual para vigorar em 2014;
7. Discussão e votação do 6º Relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro;
8. Eleição de um presidente da junta de freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, em representação das freguesias do Concelho;
9. Designação de 4 pessoas de entre cidadãos eleitores para integrarem a CPCJ - Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Tarouca;
10. Programa "Cidadão Participa";
11. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, da respectiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do nº 2 art. 25º da Lei nº 75/2013, de 12.09).

➤ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2º momento)**

Passou-se de seguida ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA Nº 2, DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22.11.2013

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número dois da sessão extraordinária de vinte e dois de novembro do corrente ano, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

Interveio o **membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira**, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, tendo de seguida dito que não tem qualquer alteração a propor à ata, contudo apresentou um reparo que se prende com a aprovação do Regimento naquela reunião, o qual foi aprovado, mas houve propostas apresentadas pelos grupos municipais do PSD e do PS, que não foram votadas, pois apenas foi votado o Regimento. Tendo ficado espantados quando verificaram que na ata consta como incluída no Regimento a proposta apresentada pelo membro **António Luís Carrapa Sarmiento**, do Grupo Municipal do PSD.

Salientou que admitem que não houve má-fé ou má intenção, que se tratou de um lapso coletivo, quer dos membros que aprovaram algo que não foi à votação, quer da Mesa, por isso solicitou que de hoje para o futuro todas as propostas apresentadas, quer pelos partidos majoritários, quer pelos minoritários, sejam colocadas à votação do plenário, pois só ele tem competência legal para aprovar o que quer que seja.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em resposta disse-lhe que tem toda a razão, por isso mesmo lhe telefonou entretanto para esclarecer essa questão, uma vez que, naquela sessão, entendeu que ficou implícito que o Regimento seria votado com as alterações apresentadas pelo membro António Luís Carrapa Sarmento, por não se tratarem de alterações de substância. Por outro lado, salientou que não foi formalizada junto da Mesa a proposta apresentada verbalmente pelo membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira e, por isso, não foi votada.

Explicou ainda que a Segunda Secretária da Mesa, numa reunião da Comissão Permanente, chamou a atenção para essa questão, tendo sido decidido que, de futuro, será sempre perguntado aos membros se pretendem formalizar as propostas que apresentem verbalmente, para efeitos de votação.

Reconheceu, no entanto, que se tratou de um lapso coletivo que espera que não volte a acontecer.

O membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira interveio novamente, ressaltando que, conforme se pode verificar na ata, a sua proposta foi apresentada exatamente da mesma forma que a do membro do PSD, com a única diferença de que esta foi considerada aprovada e a do PS não, tendo faltado a formalidade de serem ambas colocadas à votação.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal em resposta explicou que, como as alterações apresentadas pelo membro António Luís Carrapa Sarmento se tratavam da correção de meros lapsos de português e de interpretação, e só mesmo por isso, entendeu que foram unanimemente aceites por todos, não deixando de dar razão ao membro interveniente.

Concluiu solicitando a todos os membros da Assembleia Municipal que formalizem sempre junto da Mesa as propostas que pretendam que sejam discutidas e votadas.

Procedeu-se de seguida à votação da ata número dois da sessão extraordinária de vinte e dois de novembro do corrente ano, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em nome de Mesa, agradeceu a todos a aprovação da ata, tendo em conta o pequeno lapso que ocorreu naquela sessão.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: EXPEDIENTE, INFORMAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÃO DA SESSÃO.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal iniciou por contextualizar a sessão, tendo lido em voz alta o texto que a seguir se transcreve:

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

"Assembleia Municipal de Tarouca o espaço da cidadania política de portas abertas para todos.

Estamos numa sessão da Assembleia Municipal diferente.

Porque fizemos um gesto novo. Não dissemos só que queríamos abrir a porta, fizemo-lo. Construir história é ousar fazer diferente.

Por isso, aqui estamos num espaço fora dos Paços do Município, onde mais cidadãos podem estar connosco comodamente a exercer um direito e um dever de cidadania.

Participar é dar vida à esperança, é construir com o valor humano, formado por todas as vivências e sabedoria que transportamos em cada um de nós.

Pode ser um dia Histórico, simples, mas suficientemente novo para ser marcante na democracia local, onde se pode ouvir para decidir, falar para opinar ou simplesmente ficar informado.

Dois meses após o início do nosso mandato, a Assembleia Municipal é também um órgão presente nas dinâmicas da sociedade civil, fazendo-se representar pelo seu Presidente.

As linhas orientadoras das intervenções do Presidente da Assembleia Municipal nos eventos e a estratégia de posicionamento deste órgão têm sido as seguintes:

- A cidadania, o seu exercício, a valorização do ser humano na sua dignidade, a promoção do trabalho das Instituições do concelho de Tarouca.
- A proximidade com o Executivo Municipal, ouvindo e opinando, para que as melhores ideias e soluções ajudem a construir um tempo novo.
- A necessidade de mobilização de toda a sociedade civil para que se construam novos caminhos de desenvolvimento do VV-Vale do Varosa.
- O conceito de cidadania ativa e solidária, subjacente a uma nova forma de estar e de exercer o poder político neste Concelho, promovendo a reflexão acerca do mesmo, em particular na sua compreensão. Cidadania é o exercício pleno dos direitos e deveres de todo o ser humano independentemente da sua condição económica, social ou outra. É olhar e tratar as pessoas com absoluta igualdade, respeitando as suas idiossincrasias humanas e sociológicas.

- O posicionamento do Presidente da Assembleia Municipal, como um provedor do cidadão, abrindo um espaço de atendimento que funciona às sextas-feiras de tarde.

Saliento a forma simples e produtiva como se tem mantido o relacionamento institucional e pessoal com os líderes dos grupos municipais: Senhora Deputada Albertina Cardoso, Senhor Deputado Luís Pereira e Senhor Deputado Luís Sarmento. Obrigado por esta postura.

Tenho de realçar, neste espaço de tempo, a sensibilidade social do Senhor Presidente da Câmara e da sua Equipa e as competências reformistas que já ajudaram a mudar e a edificar uma forma eficiente de trabalho. A proximidade na

identificação dos problemas dos cidadãos por parte do Senhor Presidente da Câmara, dão-me a garantia de resolução e a proatividade que os casos sociais exigem.

Outro esforço que tenho de realçar da parte do Senhor Presidente da Câmara é a força e determinação em unir para construir, em particular, mobilizando as Instituições de todos os setores, para a necessidade de se aproveitarem sinergias.

Tarouca terá mais vida com o esforço de todos.

A Assembleia Municipal, como órgão mais representativo do Município, deve estar atenta ao trabalho desenvolvido pelo Executivo, pelas Instituições e também aos casos que ponham em causa o exercício pleno da cidadania e que provoquem desassossego social.

Por isso, é com alguma inquietação que tomamos conhecimento do aparentemente preocupante exemplo provindo do Centro Escolar que tão má imagem deixou de Tarouca. Não poderei deixar, em coerência com a postura que quero consolidar, de manifestar a necessidade desta Assembleia Municipal tomar posição que obrigue ao respeito pleno do exercício de cidadania por parte de todos os cidadãos, mas também esclareça o País de que Tarouca é um concelho atento e inclusivo de todos os cidadãos. A imagem social deste Concelho é um património imaterial importante demais para que nada se faça, depois de um caso que correu mundo.

Estamos atentos também às coisas lindas que o Natal provocou, com a animação natalícia nas rotundas que mobilizaram Pessoas e Instituições. Parabéns a todos, Executivo, Pessoas e Instituições que se mobilizaram para através de coisas simples construírem ações valiosas. Destaco aqui também o Presépio, por se tratar de uma obra de arte e ciência muito apelativa e, por isso, dou os parabéns ao artista e à sua família. Ao Grupo Elas pela tenacidade em continuar a marcar uma nova forma de apoio e de desenvolvimento social. A todas as Instituições que deram apoio às famílias com menos recursos, proporcionando-lhes um Natal mais confortável.

Nesta contextualização muito fica por salientar, contudo procurei sintonizar esta Assembleia Municipal com a importância dos valores humanos que valorizarão a nossa ação como autarcas e responsáveis pela condução dos destinos do concelho de Tarouca".

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi recebido o seguinte expediente:

- O membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso enviou um email datado de oito de dezembro corrente, no qual comunica que **constitui o Grupo Municipal Tarouca Merece**, com a sua própria direção. Este documento será arquivado sob o número vinte do maço de documentos número um do livro de atas número dez;

- Os membros Luís Fernando Coelho de Barros Pereira e Manuel Leite dos Santos apresentaram pedidos de alteração das suas moradas permanentes, para os concelhos da Mealhada e de Vila



28.12.2013

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Nova de Gaia, respetivamente, os quais serão arquivados sob os números vinte e um e vinte e dois do maço de documentos número um do livro de atas número dez;

- Convites de diversas Instituições do Concelho para as respetivas Festas de Natal, tendo comparecido nas que lhe foi possível, pedindo desculpa àquelas em que não foi possível estar presente;

- Convite da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca para a comemoração do 1º centenário de uma idosa e para o 330º Aniversário da Instituição, em cujos eventos compareceu.

Informou ainda que participou no Congresso da ANMP; na Festa de Aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários; num evento desenvolvido pela Banda de Gouveães; em reuniões promovidas pelo Executivo Municipal ligadas ao Turismo e numa reunião da Comissão Permanente.

Passou-se de seguida ao

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)

Inscreveram-se para intervir os seguintes cidadãos:

- Mário Manuel Lopes Almeida, residente no lugar de Pinheiro, freguesia de S. João de Tarouca;

- António Ribeiro de Almeida, residente na freguesia de Salzedas.

- **Mário Manuel Lopes Almeida** - Iniciou por dar os parabéns à Mesa por ter permitido a intervenção dos Municípes em dois momentos, uma vez que entende que isso é importante para as pessoas se poderem expressar.

Perguntou o que está o Executivo a pensar fazer relativamente à agricultura, dado que entende que é uma atividade muito importante para o desenvolvimento do Concelho, mas que necessita que sejam feitos alguns melhoramentos, nomeadamente ao nível das infraestruturas, para ajudar os jovens que aqui queiram desenvolver os seus projetos a fixarem-se no Concelho, de forma que deixasse de ser conhecido apenas como uma terra de emigrantes ou de trabalhadores da Câmara Municipal, já que aqui vivem muitos jovens com vontade de fazer mais e melhor.

- **António Ribeiro de Almeida** - Iniciou por apresentar cumprimentos a todos, desejando que no novo ano consigam a realização das obras e sonhos que "têm em carteira" e que julga que dignificarão o Concelho e os seus habitantes.

Congratulou-se pela forma como esta Assembleia Municipal facilitou a intervenção dos Tarouquenses que labutam neste Concelho, apesar da crise, e que continuam a desenvolvê-lo, agradecendo ainda o facto de terem realizado esta sessão no Auditório Municipal, o que a torna num momento histórico, pois nunca se lembra, desde o 25 de Abril, de ter estado tanta gente a assistir a uma sessão deste órgão.

Aproveitou a oportunidade para lembrar a jóia que existe em Salzedas, conhecida como o "Quelho", "Rua do Carvalho", "Bairro dos Servos da Gleba" ou "Judíaria", pela qual já passaram inúmeros membros do Governo, que fizeram muitas

promessas, contudo o "Quelho" continua a resistir sem qualquer intervenção, pois apenas lá foram colocadas umas grades de ferro para evitar que alguém se magoe. Lembrou que há 30 anos a Dra. Natália Correia transmitiu do local umas Janeiras para tentar promover a sua reabilitação, mas ele continua a "morrer" diariamente.

Terminada a intervenção do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por cumprimentar todos os presentes, dizendo que é com enorme satisfação que vê este grande número de pessoas a assistir à presente sessão da Assembleia Municipal, tendo-lhes agradecido pela presença.

Dirigindo-se ao Senhor Mário Manuel Lopes Almeida disse-lhe que gostou da sua intervenção, a qual agradeceu, lembrando-lhe que o Executivo elegeu como uma das suas grandes preocupações a agricultura, tendo já algumas linhas de orientação para serem candidatas ao próximo Quadro Comunitário.

Explicou que proporcionou uma reunião aberta aos empreendedores do Concelho, a pessoas ligadas ao turismo e à agricultura, com a presença dos líderes dos Grupos Municipais e de técnicos da Câmara Municipal, na qual foram dados excelentes contributos para a referida candidatura.

Referiu que compreende a preocupação manifestada, mas que estão atentos, salientando as várias visitas que tem feito às várias freguesias do Concelho, acompanhado dos Senhores Presidentes de Junta, para se inteirar das necessidades existentes, estando já a ser feitas algumas intervenções em diversos caminhos agrícolas.

Ao Senhor António Ribeiro de Almeida disse que o arranjo do "Quelho" de Salzedas também é uma preocupação que lhe foi manifestada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salzedas, contudo ainda não dispõem de informação completa sobre o assunto, havendo necessidade de aprofundarem o mesmo, mas irão estar atentos e encetar todos os esforços necessários para tentar resolver o problema.

Passou-se de imediato ao

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (CONTINUAÇÃO)

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Dina Maria de Almeida Tomé** - Interveio na qualidade de membro da Assembleia, tendo referido o seguinte:

"Há histórias que nos marcam, que nos provocam um nó na garganta ou um travo amargo na boca.



Fl. 057
28.12.2013

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estou a falar das três crianças que frequentam a Unidade de Multideficiência, que foram retiradas da Festa de Natal, porque superiormente alguém decidiu que, ao contrário de todas as outras crianças, elas não teriam direito a receber um presente de Natal.

Para mim é inaceitável que alguém com responsabilidades na área da educação tenha utilizado algum do seu tempo a planear a retirada destas crianças assim que surgisse o Pai Natal e não tenha tido o bom senso de utilizar esse tempo a tentar integrar verdadeiramente estas crianças, pois é isso que se espera da Escola e daqueles que nela trabalham.

A Escola é integradora.

Se juntarmos a isto o facto de até haver prendas suficientes, para que estas crianças também fossem contempladas e de que as mesmas foram oferecidas pelos Presidentes de Junta, aquela atitude só pode ser vista como um ato planeado de discriminação, uma falta de sensibilidade total, um ato de cobardia contra crianças que não têm qualquer meio de defesa.

Enquanto mãe, professora e ser humano, não posso permanecer calada perante tal situação. Quem se cala também é cúmplice, também é conivente. Se ficarmos calados estamos a dar autorização para que volte a acontecer.

Sei que não temos competência ou legitimidade para tomarmos uma decisão, pois isso compete unicamente ao Diretor do Agrupamento. Mas também sei que temos o direito à indignação e o dever de estar alerta e de dar voz a quem a não tem.

Por isso, peço a todos os membros desta Assembleia que seja enviado um documento escrito ao Senhor Diretor do Agrupamento, assinado por todos nós, pedindo garantias de que isto não volta a acontecer e a pressionar a demissão da atual coordenadora.

Uma escola tem uma missão muito abrangente, não se limita a ensinar a ler e a escrever. O respeito pelas diferenças, a igualdade de tratamento, são valores fundamentais que as crianças devem aprender, essencialmente através de exemplos. Manter uma coordenadora que promove a desigualdade e a discriminação é condenar a instituição ao fracasso.

Agradeço aos Senhores Presidentes de Junta, designadamente ao Senhor Rui Fernando Guedes Raimundo, que tudo fizeram para garantir que aquelas crianças não ficassem sem prendas."

- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que deixa à consideração dos Líderes dos Grupos Municipais a elaboração de um documento, conforme sugestão do último membro interveniente.

- **António Carmo Santos** - Iniciou por se congratular, pelo facto de, já há mais de trinta anos, não ver tanta gente a assistir a uma Assembleia Municipal.

A propósito, lembrou um episódio, que aconteceu na altura em que era Presidente da Câmara o Senhor Afonso Albuquerque,

quando o Governo pretendeu encerrar o Hospital de Tarouca, tendo a população do Concelho comparecido em grande número numa sessão da Assembleia realizada no antigo Quartel dos Bombeiros e depois daquela e doutras iniciativas, o Hospital sobreviveu.

Referiu a grande participação do público nesta sessão, que legitima tanto mais a ação desta Assembleia Municipal, salientando, no entanto, que anteriormente nunca foi vedada a participação do público, apesar de apenas poderem intervir no final da reunião.

Ressaltou que, atualmente, passados mais de trinta anos, o Concelho está novamente a ser confrontado com a ameaça de encerramento de serviços, designadamente o Serviço de Finanças, o qual comprovadamente presta um serviço de excelente qualidade aos cidadãos, muito superior ao que é prestado em Lamego, conforme é reconhecido por diversos lamecenses, o que obrigará a despesas de deslocação dos Tarouquenses, numa altura em que todos os cêntimos contam. Por isso, entende que é o momento de as pessoas se voltarem a mobilizar, para lutarem contra o encerramento daquele serviço.

Alertou para o facto da Lei que regulamenta o mapa judiciário prever a extinção do Círculo Judicial de Lamego, o que vai ditar o encerramento de vários Tribunais na região, passando os que permanecem a integrar a Comarca do distrito de Viseu, o que vai obrigar as pessoas a elevadas despesas com deslocações.

Alertou ainda para o facto de estar também em perspetiva o encerramento dos CTT.

Concluiu apelando novamente à mobilização das pessoas para evitar o encerramento dos referidos serviços.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Iniciou por cumprimentar todos os presentes. Referiu que se empenhou por várias vezes em diversas sessões da Assembleia Municipal do mandato anterior, alertando para a necessidade de ser resolvido o problema da acumulação da água da chuva na Estrada junto ao Mini Preço, tendo questionado inúmeras vezes o Executivo da altura sobre o motivo por que não era resolvido, uma vez que constituía um perigo para quem ali circulava. O Executivo sempre lhe respondeu que estavam com grandes dificuldades para resolver o problema, nunca tendo conseguido.

Congratulou-se, por isso, que este Executivo tenha resolvido o problema, em tão pouco tempo após a tomada de posse, tendo-se empenhado em contactar com o proprietário do terreno e foram de imediato feitas as obras necessárias.

Referiu ainda que o segundo assunto que tem para apresentar é mais grave, porque lhe parece que existe alguma má-fé no mesmo. Explicou que há um terreno particular junto à Ponte Pedrinha, onde se deslocou uma máquina da Câmara Municipal, que efetuou alguns trabalhos. Contudo houve pessoas com responsabilidades neste Município, as quais tem a certeza

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

que sabem exatamente porque tiveram de ser feitos aqueles trabalhos, que não tiveram vergonha de fazer afirmações gravíssimas em público, insinuando que o Executivo deslocou para ali a máquina, que estava ocupada a fazer outros serviços, para executar trabalhos particulares. Solicitou, por isso, ao Senhor Presidente da Câmara que esclareça o que efetivamente se passou, para que as pessoas deixem de uma vez por todas de fazer política baixa, pois a mesma deve ser feita com elevação, com regras e sem "jogos rasteiros". Concluiu manifestando a sua alegria pelo espírito natalício que foi criado em Tarouca, com o arranjo das rotundas levado a efeito pelas diversas Associações, tendo-se conseguido, sem gastar dinheiro, dar um ar bonito à cidade.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Iniciou por dar os parabéns ao público presente, relembrando que, apesar desta sessão decorrer no Auditório Municipal, o que é inédito, todas as sessões da Assembleia são um espaço aberto aos cidadãos, onde serão sempre bem-vindos, mantendo-se o convite formal de todos os membros do órgão.

Ressaltou que o Grupo Municipal do PS está à disposição de todos os Municípes para ouvir as suas ideias, propostas e anseios, formal ou informalmente, podendo ser encontrados os seus contactos na página da Assembleia Municipal na Internet.

Apresentou de seguida os documentos do Grupo Municipal do PS que a seguir se transcrevem, os quais entregou à Mesa, depois de ter lido em voz alta:

1 - "Recomendação do Grupo Municipal do PS à Câmara Municipal, para que esta formule e implemente um Código Interno de Boas Práticas, que vise cumulativamente os seguintes objetivos:

- Diminuição de custos correntes;
- Melhoria da eficácia administrativa;
- Aumento da produtividade;
- Disciplinar e moralizar o uso dos meios e dos recursos públicos;
- Diminuição da Pegada Ecológica.

Alguns exemplos meramente indicativos:

- Definição dos montantes limite para aquisição (ou para celebração de contratos de locação financeira) das viaturas oficiais da Câmara Municipal (incluindo o carro da presidência), entre outros bens móveis, definindo as suas regras e os seus limites;
- Afixação de limites em comunicações móveis dos telemóveis de serviço;
- Nas Tecnologias de Comunicação e Informações (TIC) - mantendo, porém, os níveis de operacionalidade:
 - o Fomento da utilização de recursos Web gratuitos (Skype, ferramentas de produção colaborativas, entre outras);

o Utilização de maciça de *software* livre e gratuito (não proprietário), vulgo *software Opensource*, em todas as áreas de trabalho (Sistemas de Informação Geográfica, Desenho Assistido por Computador - CAD, Folhas de Cálculo, Processador de Texto, Base de Dados, Apresentações, Tratamentos de Imagem, Plataforma Web 2.0, entre outros, em sistemas/programas livres);

- Implementação de um Código de Boas Práticas Ambientais que incluam, entre outras medidas:

- o O uso de meios e técnicas eficientes de poupança energética (desde as simples fontes de letra do computador - Ecofontes, ao aquecimento e ventilação, iluminação, etc.);

- o Fomento das práticas e princípios da EcoCondução (em que a poupança de combustível pode atingir os 18%)."

2 - "Proposta de alteração à Tabela de Taxas do Município de Tarouca

Fundamentação: Com a publicação do novo RJAAR (Regime Jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização), aprovado pelo Decreto-Lei n° 96/2013, de 19 de julho (que entrou em vigor em 17 de outubro), foram alterados os pressupostos, as diretrizes, os modelos técnicos e os procedimentos aplicáveis aos licenciamentos com espécies florestais. Complementarmente, o Despacho n° 563/2013/CD, de 4 de outubro de 2013, do Conselho Diretivo do ICNF, I.P., veio proceder à Regulamentação do referido Decreto-lei, remetendo para as Câmaras Municipais a tarefa do fornecimento - a pedido do requerente - de alguma Informação de Base que é necessária para a instrução do procedimento administrativo associado às referidas ações de arborização e rearborização com espécies florestais.

Assim, propõe-se:

- **Capítulo I, Secção I, Artigo 1º, número 1, alínea h), sub-alínea ii)** ficará Revogada;

- **Capítulo I, Secção I, Artigo 1º, número 1, alínea h), sub-alínea i)** passará a ter a seguinte redação: "Com fins de arborização, por hectare".

- **Capítulo I, Secção I, Artigo 2º, número 10 -**

Descrição/Designação	da	Prestação	Tributável:
Disponibilidade, acesso e fornecimento de dados, designadamente os previstos no Decreto-Lei n° 96/2013, de 19 de julho, regulamentado pelo Despacho n° 563/2013/CD, de 4 de outubro de 2013, do Conselho Diretivo do ICNF, I.P. A Informação Digital ou Informação Geográfica, em formato digital vetorial (shapefile, kmz, kml, dxf, dwg, etc.) ou raster, taxada por unidade de informação com valor de 17,20€/Mb, sendo o mínimo a taxar de 1,0Mb. A informação cedida superior a 1 Mb será taxada por fracionamento. A este valor acresce o valor do Suporte (CD, DVD, etc.)."			

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou de imediato à discussão do plenário a primeira proposta



Fl. 059
28.12.2013

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

apresentada pelo membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, relativa à implementação de um Código Interno de Boas Práticas.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que ficou surpreendido com a apresentação desta proposta, a qual lhe causou alguma confusão, pois lembra-se de que, na última sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo aflorou diversos assuntos, designadamente a implementação de medidas de controlo interno para diminuir despesas, por isso, não entende porque é que o Grupo do PS se lembrou de vir agora apresentar esta proposta, tendo-lhes perguntado se sabem em que estado se encontra o parque automóvel do Município.

Considera que há teorias muito bonitas, mas que na prática não resultam, tendo dado como exemplo o carro do Senhor Presidente da Câmara, que foi adquirido no anterior mandato e que se agora fosse vendido para ser comprado um de menor valor, se perderia muito dinheiro.

Concluiu solicitando que se faça política a sério e que não se brinque aos políticos.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Iniciou por cumprimentar e agradecer a presença do público, reiterando o convite a todos para estarem sempre presentes, porque é assim que se constrói a democracia.

Acerca da proposta apresentada, perguntou se todas as viaturas do Município estarão ainda em sistema de *leasing*, porque só dessa forma se pouparia dinheiro.

Referiu que não consegue perceber o alcance da proposta apresentada, perguntando se os resultados eleitorais fossem outros e a presidência da Câmara Municipal estivesse noutras mãos, se esta proposta apareceria.

A propósito de telemóveis, disse que o Executivo continua sem telemóveis de serviço, pelo que tem conhecimento.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Explicou que tanto quanto os presentes puderam ouvir, não se falou em vender nada, apenas foram dados exemplos meramente indicativos. Salientou que nunca brinca aos políticos e que faz sempre política a sério.

Em relação a questões do passado, disse que a anterior Câmara Municipal já foi julgada e, por isso, o passado ficou para trás.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta em causa, tendo sido a mesma rejeitada por oito votos a favor e catorze votos contra do Grupo Municipal do PSD.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a segunda proposta apresentada pelo membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, relativa à alteração à Tabela de Taxas.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que ouviu com atenção a proposta, contudo não pode votar este documento porque não o conhece e apenas com esta explicação não pode votar a favor.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Disse que a proposta apresentada pode ser ótima, contudo não se pode pronunciar sobre a mesma, porque precisava de a perceber e, para isso, tinha de ter acesso antecipado aos documentos.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Retirou a proposta para ser apresentada numa próxima sessão da Assembleia, por considerar pertinentes as dúvidas apresentadas pelos membros intervenientes.

Terminada a discussão das propostas apresentadas, foram retomadas as intervenções dos membros da Assembleia nos termos do artigo dezassete do Regimento.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Iniciou por saudar a eleição do Senhor Presidente da Câmara para integrar o ACERS Douro Sul, por entender que foi um gesto dos outros Presidentes da Câmara demonstrativo da importância do nosso Concelho.

A propósito da saúde, perguntou quais as valências da Unidade Móvel de Saúde, de que forma está a ser aproveitada e se não é possível fazer mais do que está a ser feito neste momento.

Saudou o Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares pela limpeza do rio e pelo seu repovoamento com duas mil trutas, por ser um gesto muito importante em termos ambientais.

Saudou ainda o facto de Alcáçima ter sido já objeto de uma limpeza, dado o seu abandono nos últimos quatro anos, fazendo votos para que na próxima Primavera o espaço seja recomposto e volte a ser o que anteriormente era, quer esteja sob a alçada da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia.

Congratulou-se com a execução da Agenda de Eventos "Tarouca Tem Mais Vida", que foi hoje distribuída por todos os membros, por entender que é uma boa forma de divulgar os eventos que são realizados no Concelho, para que não se continue a ouvir que nada acontece no Concelho, esperando que a periodicidade se mantenha.

Disse que achou ótima a ideia da realização da reunião para a formalização das candidaturas ao novo Quadro Comunitário, tendo sido importantíssimo ouvir as pessoas e as ideias que elas têm relativamente às prioridades no Concelho.

Quanto à educação, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara por ser dele esse pelouro, tendo dito que Tarouca tem um Agrupamento de Escolas TEIP (Território Educativo de Intervenção Prioritária) e nunca percebeu porque é que se transformou nisso, uma vez que não consegue perceber os ganhos obtidos, já que lhe parece que apenas ganhou uma série de recursos humanos.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Referiu que ao ler o relatório da última Inspeção Externa feita à escola, verificou que as coisas não têm vindo a melhorar, pois apenas se notou uma melhoria no terceiro ciclo e no secundário, apontando-se uma regressão no primeiro e segundo ciclos, em termos de resultados escolares. Acrescentou ainda que no referido relatório se conclui, dando razão ao que defendeu em tempos na Assembleia Municipal, que a oportunidade de melhoria de resultados com a construção do Centro Escolar por enquanto não foi suficientemente aproveitada, pois apesar do espaço ser ótimo, em termos de resultados escolares não houve melhorias.

Referiu ainda que continua a ser um Agrupamento de Escolas com uma discrepância enorme entre a avaliação externa e a interna, praticamente em todas as disciplinas, continuando a estar muito longe das médias nacionais.

Considera muito preocupante, quer os resultados escolares, quer a segurança e a disciplina na escola, tendo apontado divergências dentro do próprio relatório da inspeção, no qual, por um lado, se refere que fruto das medidas implementadas o comportamento dos alunos tem melhorado e, por outro lado, se afirma que um dos piores aspetos notados foi o comportamento dos alunos e a falta de respeito destes para com os trabalhadores.

Salientou ainda que na avaliação interna do Agrupamento uma das coisas que os alunos mais referem é que há violência, *bullying* e falta de segurança entre eles dentro da escola, por isso, repetiu que não percebe o que se ganhou com a transformação do Agrupamento num Território Educativo de Intervenção Prioritária (TEIP).

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara como pretende atuar neste setor que entende prioritário, bem como os membros que representam a Autarquia no Conselho Geral, pois esta situação deixa-o muito triste como Tarouquense e como pai tem de ponderar bastante se vai deixar a sua filha continuar a prosseguir os seus estudos naquela escola.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara iniciou por se dirigir ao membro António Luís Carrapa Sarmiento, tendo dito que está em análise a melhor forma de aproveitar a Unidade Móvel de Saúde e de lhe dar mais valências, pois entende que todos os serviços prestados pela mesma deviam constar no Centro de Saúde, para que qualquer situação detetada pudesse ser devidamente acompanhada. Contudo, ainda passou pouco tempo desde a tomada de posse, para tomarem todas as medidas necessárias.

Agradeceu ainda àquele membro as palavras que lhe endereçou sobre a sua eleição para o ACERS.

Quanto à Alcáçima, explicou que tinham algumas pessoas do RSI e havia necessidade de lhes dar algum serviço para fazer, por isso mandaram-nos fazer a limpeza do local. Acrescentou que está em elaboração um projeto para fazer o arranjo do espaço.

Relativamente à agenda de eventos, disse que entende que é um importante meio de comunicação, que conterà todas as atividades que são levadas a efeito no Concelho, uma vez que têm sido realizados eventos de excelente qualidade, que merecem ser devidamente divulgados, para que todas as pessoas possam ter conhecimento dos mesmos.

Quanto à reunião realizada para preparação das candidaturas ao próximo Quadro Comunitário, disse que foi efectivamente muito profícua

Em relação à educação em Tarouca, disse que é uma preocupação contínua de todos, contudo a Câmara Municipal não se pode imiscuir no funcionamento interno da Escola, pelo que apenas lhes resta estarem atentos e ir chamando a atenção do Diretor do Agrupamento para diversas situações que vão acontecendo, bem como disponibilizarem-se para contribuir em tudo o que lhes for possível para a melhoria do seu funcionamento.

Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo disse que está satisfeito por ter sido resolvido o problema da acumulação das águas na estrada junto ao Mini-Preço, para cuja resolução foi apenas necessário entrar em contacto com o Banco Montepio, proprietário do terreno, que até se disponibilizou a ajudar a pagar as despesas com a obra.

Quanto á deslocação da máquina da Câmara a um terreno particular, esclareceu que se tratava de um processo existente na Câmara Municipal, cujo proprietário tinha uma ação em Tribunal contra o Município, porque pretendia uma indemnização. Entretanto o Tribunal decidiu em favor desse munícipe e deu instruções para arranjar o terreno e para o pagamento da indemnização pretendida, contudo depois de conversar com o proprietário, ele desistiu da indemnização e apenas foi necessário resolver o problema do terreno.

Agradeceu a todos quantos estiveram envolvidos no arranjo das rotundas para o Natal.

Ao membro António Carmo Santos disse que também concorda que é preocupante a ameaça dos Serviços de Finanças poderem vir a sair de Tarouca e, por esse motivo, já reuniu com a Senhora Ministra das Finanças sobre esse assunto, tendo-lhe sido informado que ainda não estão criadas as linhas de orientação, mas que logo que as tivessem as comunicariam ao Município, por isso manter-se-ão atentos.

Terminadas as intervenções, passou-se de seguida ao

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, DO ORÇAMENTO MUNICIPAL, E DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014

Presentes as seguintes propostas aprovadas em reunião camarária de dezoito de dezembro corrente:

❖ Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e catorze, contendo o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mais relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipais), prevendo o primeiro um montante total de despesas de investimento, para o próximo ano, de € 2.078.700,00 (dois milhões e setenta e oito mil e setecentos euros) e o segundo o montante total de despesa, para o próximo ano, de € 4.089.330,00 (quatro milhões e oitenta e nove mil e trezentos e trinta euros);

❖ Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e catorze, o qual apresenta uma previsão da receita igual à da despesa no montante total de € 12.770.630,00 (doze milhões e setecentos e setenta mil e seiscentos e trinta euros), cada uma, sendo que € 9.199.480,00 (nove milhões e cento e noventa e nove mil e quatrocentos e oitenta euros), correspondem aos montantes das receitas e despesas correntes, cada; e € 3.571.150,00 (três milhões e quinhentos e setenta e um mil e cento e cinquenta euros), correspondem aos montantes das receitas e despesas de capital, cada;

❖ Mapa do pessoal para o ano de dois mil e catorze.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que as Grandes Opções do Plano e o Orçamento são os instrumentos de trabalho que vão servir de orientação ao Executivo no próximo ano, salientando que gostariam de ter elencado mais projetos e investimentos, mas não foi possível face à conjuntura atual e, por isso, como tem vindo a afirmar, irão utilizar o capital humano do Município, que são os funcionários, para executarem diversas obras por administração direta.

Acrescentou que está a gostar de trabalhar com todos os Senhores Presidentes de Junta, com os quais se tem deslocado às respetivas freguesias e tem tomado nota das prioridades das pessoas, o que tem permitido fazerem-se alguns investimentos de proximidade que vão ao encontro das necessidades mais prementes das pessoas.

Passou de seguida a palavra ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo para apresentar os documentos.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por cumprimentar os presentes, tendo dado os parabéns ao público que veio assistir a esta sessão, porque entende que assim a democracia em Tarouca fica mais rica e respira-se de uma forma muito mais pura.

Iniciou por referir que este não é o Orçamento e as Grandes Opções do Plano com que o Executivo sonhava, pois há aqui um conjunto de constrangimentos provocados pela atual conjuntura que fazem com que o Orçamento tenha que ter como base o princípio da prudência, para que não seja colocado ainda mais em causa o futuro e o desenvolvimento sustentado do concelho de Tarouca.

Explicou que a sua apresentação se divide em três pontos, que são: Conjuntura Económica; Eixos Estratégicos de Desenvolvimento; Orçamento e GOP.

Quanto à Conjuntura Económica, salientou que a crise económica e financeira a nível nacional, aliada ao facto do Município ter um elevado grau de dependência económica das transferências da Administração Central, bem como ao aumento das necessidades de cariz social, quer ao nível nacional, quer no concelho de Tarouca, que causa uma diminuição da capacidade de criação de novos empregos, não deixa de ser um verdadeiro constrangimento ao Orçamento do Município.

Referiu que a situação financeira do Município é mais ou menos conhecida, pois foi apresentada na última sessão da Assembleia a fragilidade em que se encontra, designadamente: as elevadas dívidas de curto prazo a fornecedores, no valor de cerca de um milhão e oitocentos mil euros; o excesso de endividamento a médio e longo prazo, salientando que não se está a referir ao total do endividamento, mas sim ao valor que vai acima daquilo que é o limite da Autarquia, no montante de quatro milhões e setecentos mil euros; a falta de liquidez da Autarquia para fazer face às despesas fixas; o desequilíbrio estrutural financeiro do Município desde 2010, ressaltando que em consequência deste desequilíbrio, ou seja, do incumprimento dos compromissos de saneamento financeiro, há um risco de redução das transferências da administração central e uma obrigatoriedade de aumento de todas as taxas municipais para repor as contas, o que criaria mais problemas ao Município e aos Tarouquenses.

Em terceiro lugar, referiu que em 2010 o Município contraiu um empréstimo de seis milhões e quinhentos mil euros, o qual teve um período de carência de três anos, o que significa que a primeira e segunda prestações do empréstimo têm de ser pagas em 2014, no valor de aproximadamente oitocentos mil euros. Salientou que para além daquele valor, existe ainda a necessidade de pagar as amortizações de outros empréstimos contraídos pelo Município no montante de seiscentos mil euros. Salientou ainda que o saneamento financeiro obriga a um compromisso de redução do excesso de endividamento líquido e do excesso de endividamento de médio e longo prazo no mínimo em 10% por ano, bem como a uma redução da dívida a fornecedores para valores próximos do zero.

Contudo, referiu que nem tudo são más notícias, porque em 2014 terá início o novo Quadro Estratégico Comunitário (QEC) que vem trazer a possibilidade de apresentar novas candidaturas a fundos comunitários e abrir um conjunto de janelas de oportunidades que acredita, que enquanto equipa que são, possam vir a criar um conjunto de investimentos de proximidade que visem a coesão social e criem rendimento e postos de trabalho que fixem os jovens e garantam a sustentabilidade futura para o Concelho.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Destacou que, antes da apresentação deste orçamento aos órgãos municipais, ouviram todos os líderes da oposição e tentaram perceber as suas ideias para assim elaborarem o documento, o qual vai orientar o trabalho da autarquia no próximo ano.

De seguida, apresentou os cinco eixos estratégicos que o Executivo definiu, nomeadamente: o desenvolvimento económico e sustentável; a inclusão e coesão social; a educação e formação; a cultura, desporto e associativismo; e a modernização da Autarquia.

Quanto ao desenvolvimento económico e sustentável, explicou que foram incluídos alguns sub-eixos, sendo o primeiro a valorização dos recursos produtivos e endógenos, com o "Programa Tarouca Produz bem", uma vez que têm noção que o peso do setor primário no Concelho determina um conjunto de desafios a desenvolver, podendo ser uma alavanca da economia local com vista à criação de novos postos de trabalho, e para isso pretendem criar um mercado municipal de pequenos produtores; alargar o âmbito de atuação da Régiefrutas; reabilitar e criar regadios e caminhos existentes; atrair novos investimentos no âmbito do novo Quadro Comunitário para a área agrícola; e fazer um planeamento da rede florestal, fazendo da floresta uma fonte de rendimento para os seus proprietários.

Continuou explicando que o segundo é a inovação, diferenciação e empreendedorismo, no qual destacou a criação da marca territorial "VV- Vale do Varosa" que irá dar origem a um conjunto de dinâmicas e eventos que têm como objetivo a divulgação do património e das riquezas naturais do Concelho, bem como serão promovidas parcerias com instituições de ensino superior, com o objetivo de atrair investimento, para que os jovens se possam fixar e aumentar os níveis de empregabilidade.

Referiu que o terceiro sub-eixo é o turismo, paisagem e património, que possui um conjunto vasto de medidas das quais salientou as seguintes: a reabilitação e promoção do património edificado, arqueológico, cultural e as áreas de valor natural; a promoção e projeção da marca "VV-Vale do Varosa"; a criação de roteiros turísticos, pois Tarouca é um concelho com um património turístico riquíssimo e que não possui qualquer roteiro; o aumento da sinalética turística, cuja falha tem sido muito apontada pelos turistas; a criação de pequenas infraestruturas de alojamento, devidamente divulgadas nos guias turísticos, porque só assim é possível fixar aqui as pessoas, pois a ideia não é ter só visitantes, mas sim pessoas que aqui fiquem e façam despesas em Tarouca; a instalação da Loja de Turismo Interativo em Tarouca; a divulgação de Tarouca e do seu património nos agrupamentos de escolas de todo o País, criando eventos temáticos para incentivar que sejam feitas visitas de estudo ao Concelho; o incentivo do "Programa Rio Vivo" no qual se pretende juntar

o Município à União de Freguesias de Tarouca e Dalvares para manter o trabalho de limpeza, manutenção e repovoamento do rio, a criação de zonas de lazer e de percursos pedonais, para que também possa ser um polo de atração turística.

Quanto ao sub eixo da empregabilidade disse que não iria falar muito, pois todos os eixos e sub eixos estratégicos apresentados e respetivas medidas têm sempre como último objetivo a promoção do território, a dinamização da economia e o aumento da empregabilidade.

No que se refere ao eixo relativo à inclusão e coesão social, disse que foram criados dois sub eixos. O primeiro sub eixo tem a ver com o "Programa Solidariedade em Rede", que pretende garantir a articulação com os diferentes parceiros sociais e com todas as instituições particulares de solidariedade social, no sentido de trabalharem todos para objetivos comuns, pois entendem que a estratégia tem de ser única e as instituições não podem estar individualizadas; a criação de uma rede concelhia de apoio social e de voluntariado em prol dos mais carenciados; incentivar novas formas do exercício de cidadania ativa; promover a implementação de uma Rede de Vizinhos Voluntários, pois o vizinho pode ser o nosso melhor amigo; criar uma central de emergência social que sinalize, detete, informe e encaminhe as situações de acordo com as necessidades; recorrer às Tecnologias de Informação e Comunicação para melhorar o acesso à informação e de forma mais célere dar respostas às solicitações que diariamente são apresentadas.

O segundo sub-eixo, pretende criar hábitos saudáveis com o "Programa Tarouca Saudável", no qual se irão intensificar as ações que promovam o conceito de bem-estar associado à atividade física e desportiva; tentar criar balcões de atendimento nas diferentes localidades, por exemplo nas sedes das Juntas de Freguesia, para que os utentes do Centro de Saúde possam fazer a marcação de consultas sem terem a necessidade de se deslocar e ficarem em tempos longos de espera; e manter a dinâmica das atividades desenvolvidas no Programa "Rejuvenescer Tarouca", que já decorre há alguns anos.

Relativamente à educação e formação referiu a Comunidade Educativa e o "Programa Estudar Faz Bem", tendo a propósito salientado as preocupações com a educação no Concelho que aqui foram hoje apresentadas, e que julga serem extensivas e todos os os que ali têm filhos. Por isso, apesar de não poderem agir de forma direta na gestão interna da escola, vão tentar promover atividades que fomentem uma cultura inter-geracional, com a transmissão às crianças dos bons exemplos dos pais e avós e, reforçar a complementaridade entre os currículos formais e a oferta das atividades de enriquecimento curricular; criar dinâmicas em torno de programas de combate ao abandono e insucesso escolar, que é

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

elevado em Tarouca; apoiar e dinamizar ações com a comunidade educativa que visem promover o empreendedorismo, a competitividade e a inovação; e organizar férias desportivas e musicais, já que Tarouca é um Concelho tão rico na área da música.

No que concerne ao eixo da cultura, desporto e associativismo, salientou a valorização cultural com o "Programa Tarouca Tem Vida", cujos primeiros passos foram hoje dados com a distribuição da agenda de eventos; o apoio e divulgação dos artistas Tarouquenses e a realização de espetáculos de Verão, para promover o trabalho feito ao longo do ano pelas várias entidades do Concelho.

No âmbito do associativismo e mobilização territorial, disse que já está em funcionamento um departamento municipal de associativismo, através do qual as associações poderão obter o apoio administrativo de que necessitem, com o objetivo de lhes facilitar o acesso a programas nacionais de financiamento e aos fundos comunitários; para além de que será garantido um planeamento estruturado das atividades que cada uma das Associações vai promovendo, sendo daqui que nasce a referida agenda de eventos; apoiando-se e impulsionando-se as dinâmicas associativas.

Quanto ao desporto saudável, referiu o "Programa Tarouca Mexe", o qual querem implementar por entenderem que Tarouca tem condições únicas para a prática de desporto e, por isso, continuarão a apoiar e a desenvolver atividades desportivas como o andebol, o futebol, as escolinhas do desporto, o futsal e a ginástica; ressaltou, contudo, que hoje há um conjunto de novos desportos, os desportos aventura, aos quais entendem que têm de estar atentos, pois Tarouca tem condições excelentes para os mesmos, tendo lembrado que "os meninos" do Downhill, como os costuma apelidar, têm as melhores pistas nacionais da modalidade, as quais nunca foram promovidas, tendo a propósito informado que já no próximo ano terá lugar no Concelho uma prova do campeonato nacional. Aludiu ainda ao BTT em Tarouca, que foi considerada a melhor prova do INATEL, e por isso também estarão próximos deles e criarão mais pistas de BTT; referiu ainda a intenção da criação de percursos pedestres interpretativos que permitam fazer caminhadas em contacto com a natureza.

Relativamente ao último eixo prioritário, disse que se refere à modernização dos serviços da Autarquia, que têm uma necessidade premente de entrar num processo de desmaterialização, tornando assim todos os processos administrativos mais eficientes, aumentando a produtividade e garantindo respostas mais rápidas. Espera que no início do segundo semestre do próximo ano já possam ser uma Câmara Municipal no caminho da excelência, a trabalhar sem papel; com a criação do Balcão Único de atendimento ao Munícipe; e

a transformação da página de internet interativa e dinâmica, com a finalidade de dar respostas ao atendimento digital. Passou de seguida à apresentação do Orçamento, tendo dito que todas as ações que apresentou levam a números e o total do orçamento ronda os 12.700.000,00 (doze milhões e setecentos mil euros). Salientou que, daquele valor, cerca de 11.000.000,00 (onze milhões de euros) já estão comprometidos com encargos fixos contratualizados para o próximo ano, por isso este Executivo com algumas reduções de gastos que já implementou neste dois meses de atividade, tem apenas um orçamento de cerca de 1.000.000,00 (um milhão de euros), pois tudo o resto já estava comprometido ao nível das despesas e ao nível das receitas. Acrescentou que o Senhor Presidente de Câmara tem feito quase diariamente viagens ao Porto e a Lisboa para tentar garantir um conjunto de receitas que permitam cumprir alguns compromissos ao nível das despesas.

Concluiu destacando algumas das obras, eventos, e investimentos que considera de proximidade, mas que julga poderem vir a resolver bastantes problemas no Concelho, designadamente os seguintes: apoiar as dinâmicas associativas; garantir a inclusão social; promover o empreendedorismo; investir na educação e formação de excelência; criar e dinamizar a agenda de eventos; limpar os caminhos florestais, pontos de água e proteção do meio ambiente; fazer obras de conservação no Quartel da GNR; avançar com a revisão do PDM que já há tanto tempo é proclamada; fazer a rede de esgotos nalguns locais de Teixelo, Salzedas e Castanheiro do Ouro, salientando a propósito que lhe parece quase impossível que no século XXI ainda haja lugares sem esgotos; promover a modernização administrativa; projetar a marca "VV-Vale do Varosa"; criar a loja interativa de turismo; criar o mercado de pequenos agricultores; apoiar o Programa Rio Vivo; reabilitar o Parque de Alcácima, fazendo dele um local de excelência; implementar a eficiência energética das piscinas municipais e da iluminação pública. A este propósito explicou que, na altura das festas natalícias, a iluminação pública manteve-se toda a noite ligada, para que as pessoas pudessem circular com segurança, contudo, só depois da implementação daquele projeto e de ser garantida a verdadeira eficiência energética, poderá assim continuar. Por isso, depois das festas natalícias, terá de ser novamente desligada entre as 3,00h e as 5,30h.

Intervieram de seguida os seguintes membros da Assembleia:

- **Maria Amélia Pires de Albuquerque** - Cumprimentou o público presente, tendo dito que é assim que se faz democracia, salientando que era importante que a participação dos cidadãos presentes fosse ainda mais viva.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Felicitou o Executivo pelos eixos estratégicos e orçamento apresentados, porque são importantes para o Concelho, apesar de lhe parecer que foram só apresentadas as linhas gerais. Solicitou que nas próximas Assembleias fosse especificado mais concretamente os passos a serem dados para a concretização dos referidos eixos, designadamente no que respeita à agricultura, para a qual foram referidos novos produtos. Perguntou quais são esses produtos, pois entende que deviam ser especificados e divulgados com a maior rapidez, para que os agricultores se pudessem preparar para o seu cultivo.

Quanto ao turismo, disse que o Concelho tem tudo, mas não está explorado, sugeriu que se use Cister, mas bem, e que nas próximas reuniões fossem sendo informados sobre as atividades em desenvolvimento, pois só assim pode ser feito um trabalho colaborativo com o Executivo.

- **José Manuel de Andrade Oliveira** - Saudou o público e agradeceu a sua presença, salientando que é importante que isto aconteça mais vezes, pois é reconhecida por todos a importância da sua participação.

Felicitou a apresentação dos documentos pelo Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, contudo verificou no ponto 2.5.1. do Orçamento uma sub-rubrica que se refere às Festas de S. Miguel com um valor de € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) o qual lhe causou alguma espécie, tendo em conta a atual situação financeira do Município, por isso, solicitou esclarecimento sobre o assunto.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Disse que em relação aos números não vai perder tempo, pois todos viram que é um orçamento de emergência.

Disse ainda que ao ouvir o Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo lhe pareceu estar no Congresso da Cidadania, porque está plasmado nos documentos tudo o que foi pedido naquele evento. Deu os parabéns pelo facto do Executivo ter mantido o que o povo decidiu e o que deseja para Tarouca.

Quanto aos pontos de água, solicitou que seja resolvido o problema do ponto de água de Santa Helena, pois a ideia inicial para a construção do mesmo não teve nada a ver com o que foi efetivamente executado e quando este ano foi necessário utilizá-lo, não foi possível.

Concluiu dizendo que é uma prioridade que a luz pública esteja ligada a partir das cinco ou cinco e meia da manhã, especialmente para os agricultores.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Disse que entende que as Grandes Opções do Plano são da responsabilidade do Executivo, cabendo à Assembleia Municipal fiscalizar a sua atividade.

Contudo, face à afirmação do Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo de que pretendem que a agricultura seja uma alavanca da economia local, e uma vez que apenas está prevista uma verba de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros)

para a agricultura, perguntou se é só com esse valor que querem apostar naquela atividade.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo iniciou por se dirigir ao membro Maria Amélia Pires de Albuquerque tendo explicado que apenas é possível apresentar as linhas gerais nesta sessão da Assembleia Municipal, senão seria muito maçudo, tendo lembrado, no entanto, que em todas as sessões os membros da Assembleia terão a oportunidade de apreciar uma informação da atividade do Executivo e nela poderão ter conhecimento dos detalhes.

Ao membro José Manuel Andrade Oliveira explicou que o Executivo não pretende gastar € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros) nas festas de S. Miguel de 2014. Contudo, como no POCAL as dívidas dos anos anteriores passam para o ano seguinte, e o Município tem atualmente uma dívida de € 120.000,00 (cento e vinte mil euros), proveniente da realização das Festas de S. Miguel de 2013, o valor ali previsto servirá para liquidar essa dívida, sobrando apenas cerca de € 30.000,00 (trinta mil euros) para gastar nas festas do próximo ano.

Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo disse que efetivamente este é um orçamento para regularização de contas e assunção de compromissos e que seguiram as ideias que foram apresentadas no Congresso da Cidadania, salientando que se trata de compromissos eleitorais e não de promessas, os quais têm de ser honrados, porque foi por isso que foram escolhidos pela população.

Quanto aos pontos de água, disse que já os visitaram a todos e pretendem fazer uma intervenção nos existentes e estudar a possibilidade de construção de outros.

Relativamente à verba prevista para a agricultura, explicou que a Autarquia tem muitos trabalhadores e as obras por administração direta vão ser uma aposta clara para executar novos caminhos, regadios ou beneficiar os existentes, não se criando dessa forma mais encargos para a Autarquia, daí só constar aquela verba.

Relativamente aos produtos endógenos, explicou que através da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul estão a negociar com a Universidade de Trás-os-Montes a elaboração de um estudo rigoroso para o agricultor saber o que plantar e onde.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário os presentes documentos, tendo sido deliberado por unanimidade o seguinte:

♦ Aprovar a proposta das Grandes Opções do Plano para o ano de dois mil e catorze;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

❖ Aprovar a proposta de Orçamento Municipal para o ano de dois mil e catorze;

❖ Aprovar o mapa de pessoal para o ano de dois mil e catorze.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

2. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO ANUAL, POR REFERÊNCIA À TAXA DE INFLAÇÃO, DAS TAXAS MUNICIPAIS PREVISTAS NO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE TAROUCA - ORÇAMENTO DE 2014

Presente a proposta de atualização anual, por referência à taxa de inflação, das taxas municipais previstas no Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, aprovada em reunião camarária de dezoito de dezembro corrente, a qual faz parte integrante do Orçamento para o ano de dois mil e catorze, e que a seguir se transcreve:

**"ATUALIZAÇÃO ANUAL, POR REFERÊNCIA À TAXA DE INFLAÇÃO, DAS TAXAS MUNICIPAIS PREVISTAS NO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE TAROUCA
ORÇAMENTO DE 2014**

PROPOSTA

De acordo com o n° 1 do artigo 9° da Lei n° 53-E/2006, de 29 de dezembro, os orçamentos anuais das autarquias locais podem atualizar o valor das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação.

Essa alteração do valor das taxas não exige alteração ao regulamento respetivo, nem implica a fundamentação económico-financeira (n°2 da mesma norma).

Assim:

Considerando que em 15.07.2010 entrou em vigor o Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, publicado no Diário da República, 2ª série, n° 135, de 14.07.2010, objeto de atualização em 2012, de acordo com a taxa de inflação (3,6%).

Considerando a necessidade de cumprir o plano de saneamento financeiro aprovado pelos órgãos municipais, que prevê a adoção de medidas de maximização da receita:

Proponho a V.Excias que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 34° da Lei n° 75/2013, de 12.09, delibere propor à Assembleia Municipal que **aprove** ao abrigo do disposto no n°1 do artigo 9° da Lei n° 53-E/2006, de 29 de dezembro conjugado com as alínea b) do n° 1 do artigo 25° da citada Lei n° 75/2013, de 12.09, a **atualização das taxas fixadas no Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, publicado no Diário da República, 2ª série, n°135, de 14.07.2010, de acordo com a taxa de inflação de 2013 *, com início de produção de efeitos em 01.01.2014.**

Esta proposta faz parte integrante do orçamento para o ano de 2014.

* 0,59% até 31.10.2013, inclusivé, conforme os dados disponíveis do Instituto Nacional de Estatística.

Paços do Município, 9 de dezembro de 2013

O Presidente da Câmara,
Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar a proposta, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, por ser um assunto do seu pelouro.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que, este ponto de atualização anual das taxas provém da necessidade clara de dar sinais às entidades externas (DGAL, Tribunal de Contas) de que este Executivo está a tentar regularizar as contas do Município, para além de ser uma obrigação decorrente do Plano de Saneamento Financeiro.

Acrescentou ainda que, por outro lado, no corrente ano a taxa de inflação está bastante baixa o que não provocará uma grande alteração das taxas para os munícipes.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário a proposta supra transcrita, tendo sido deliberado por unanimidade, aprovar, ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 9º da Lei nº 53-E/2006, de 29 de dezembro conjugado com as alínea b) do nº 1 do artigo 25º da citada Lei nº 75/2013, de 12.09, a atualização das taxas fixadas no Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Tarouca, publicado no Diário da República, 2ª série, nº135, de 14.07.2010, de acordo com a taxa de inflação de dois mil e treze, com início de produção de efeitos em 01.01.2014.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

3 DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM ENCARGOS PLURIANUAIS PARA 2014

Presente a proposta de autorização genérica para dispensa de autorização prévia da assembleia municipal à assunção de compromissos plurianuais em dois mil e catorze, aprovada em reunião camarária de dezoito de dezembro corrente, a qual a seguir se transcreve na íntegra:

"AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL À ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM 2014

PROPOSTA

Considerando o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, adaptado à Administração Local, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

efetivada sem prévia autorização conferida pela Assembleia Municipal, salvo quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso), estabelece que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local. Considerando que, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da LCPA, a autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano (artigo 12º do Decreto-Lei nº127/2012, de 21 de junho) e

Por razões de simplificação e celeridade processual:

proponho a V.Excias que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12.09, **delibere propor à Assembleia Municipal que, no uso da competência prevista na citada alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21.02 e no artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21.06:**

1- Emita autorização prévia genérica favorável à assunção dos compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, previstos nas Grandes Opções do Plano para 2014, até aos seguintes montantes máximos:

2015: € 1 907 500,00

2016: € 778 000,00

2017: € 709 000,00

2- Emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, em 2014, pela Câmara Municipal referente a encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de €99 759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de 3 anos.

3. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

4. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos

plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Paços do Município, 9 de dezembro de 2013

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar a proposta, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, por ser um assunto do seu pelouro.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que se trata de uma autorização genérica para a realização de compromissos plurianuais por razões de celeridade do processo, contudo o Executivo ficará obrigado a trazer a relação de todos os compromissos assumidos às sessões da Assembleia Municipal.

Interveio de seguida o membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, tendo dito que, apesar de se tratar de uma espécie de cheque em branco a passar ao Executivo, votarão a favor da proposta, tendo em conta as razões de celeridade invocadas, uma vez que não pretendem prejudicar a sua ação. Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário a proposta supra transcrita, tendo sido deliberado por unanimidade, aprovar o seguinte:

1- Emitir autorização prévia genérica favorável à assunção dos compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, previstos nas Grandes Opções do Plano para 2014, até aos seguintes montantes máximos:

2015: € 1 907 500,00

2016: € 778 000,00

2017: € 709 000,00

2- Emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, em 2014, pela Câmara Municipal referente a encargos não previstos no PPI que não excedam o limite de €99 759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de 3 anos.

3- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no n.º anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.

4- Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****4. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO EM 2014 (Nº7 DO ARTIGO 38º DA LEI Nº2 /2007, DE 15.01)**

Presente a proposta de autorização genérica para contratação de empréstimo a curto prazo, durante o período de vigência do orçamento de 2014 (nº7 do artigo 38º da lei nº2 /2007, de 15.01), aprovada em reunião camarária de dezoito de dezembro corrente, a qual a seguir se transcreve na íntegra:

"AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2014 (Nº7 DO ARTIGO 38º DA LEI Nº2 /2007, DE 15.01)

PROPOSTA

Tendo em vista ocorrer a eventuais dificuldades de tesouraria no próximo ano financeiro, proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização para contratar, respeitado o limite ao endividamento de curto prazo, durante o período de vigência do orçamento de 2014, um empréstimo a curto prazo, até ao montante de € 400 000,00, a amortizar até ao final do mesmo ano.

Normas legais aplicáveis:

* s 1,2,3 e 7 do artigo 38º e nº1 do artigo 39º da Lei nº2/2007, de 15.02 (Lei das Finanças Locais, sobre requisitos do empréstimo);

* alínea f) do nº1 do artigo 25º (autorização da Assembleia Municipal) e

* alínea ccc) do nº1 do artigo 33º da Lei nº75/2013, de 12.09 (sob proposta da Câmara Municipal).

Paços do Município, 9 de dezembro de 2013

O Presidente da Câmara,

Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que a anterior Câmara Municipal assumiu compromissos respeitantes ao empréstimo de saneamento financeiro que agora têm de ser cumpridos, vencendo-se a primeira prestação da amortização no próximo mês de março, pelo que dada a situação financeira do Município pode não haver dinheiro suficiente para proceder ao respetivo pagamento.

Garantiu que o empréstimo de curto prazo apenas será utilizado se efectivamente não tiverem dinheiro disponível, o qual obrigatoriamente terá de ser repostado até trinta e um de dezembro do corrente ano.

Intervieram de seguida os seguintes membros da assembleia:

- **José Manuel Andrade de Oliveira** - Solicitou um melhor esclarecimento acerca da forma de contratualização deste empréstimo.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Explicou que este empréstimo funciona como uma garantia de dinheiro em caixa,

que só será utilizado se for necessário e que até trinta e um de dezembro do corrente ano terá de estar liquidado, pois a Câmara Municipal atualmente está com grandes problemas de liquidez.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Disse que sabe que a situação financeira do Município não está favorável, contudo parece-lhe que liquidar passivo com outro passivo não é a melhor solução, porque este empréstimo terá juros. Por outro lado, não concorda que se vá aprovar um empréstimo que não se sabe se será utilizado.

Considera que faria muito mais sentido votar a contratação do empréstimo quando fosse necessário utilizá-lo.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O **Senhor Presidente da Câmara** iniciou por se dirigir ao membro **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** tendo-lhe perguntado se em março a Câmara Municipal não tiver dinheiro para pagar a amortização, como deve proceder, se honra o compromisso que foi assumido no anterior mandato, ou se não o deve honrar. Convidou ainda aquele membro a consultar as receitas e as despesas da Autarquia.

Salientou que, na sua opinião, os compromissos devem ser sempre honrados e que, como é muito difícil que em dois meses este Executivo consiga amealhar os quatrocentos mil euros necessários para pagar a amortização do empréstimo, esta será a melhor solução para conseguir esse objetivo.

Explicou ainda que este empréstimo funcionará como uma conta caucionada, cujo valor poderá ser utilizado ou não durante o corrente ano, voltando a garantir que só será usado em último caso, por isso solicitou que deem um voto de confiança ao Executivo.

- **António do Carmo Santos** - Disse que, considerando as circunstâncias em que é apresentada esta proposta, e uma vez que o Executivo está a afirmar que só utilizará o empréstimo se for necessário, irá votar a favor.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Disse que depois de ouvir o Senhor Presidente da Câmara continua com as mesmas dúvidas.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Dirigindo-se ao membro **Luís Fernando de Barros Pereira** disse que se o pagamento da primeira prestação do empréstimo de saneamento financeiro ocorre em março próximo, devido ao período de carência de três anos que anteriormente foi contratado, e se não há dinheiro para proceder ao seu pagamento, bem como aos salários dos funcionários, solicitou-lhe a apresentação de uma solução que não passe pelo empréstimo a curto prazo em causa.

Disse-lhe ainda que numa intervenção anterior já referiu que estariam a passar um cheque em branco ao Executivo e agora volta de novo a considerar esta conta caucionada como um

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

cheque em branco, já que pretendia que viesse à Assembleia Municipal sempre que fosse necessário utilizar o dinheiro da mesma, por isso, solicitou-lhe novamente a apresentação de uma alternativa, até porque já interveio duas vezes sobre o assunto sem ter apresentado qualquer solução.

O **Senhor Presidente da Câmara** interveio novamente, tendo lembrado ao plenário que se fosse convocada uma reunião da Assembleia Municipal sempre que houvesse necessidade de utilizar o dinheiro da conta caucionada, ficaria mais dispendioso ao Município do que os juros a suportar pela utilização do empréstimo.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** lembrou o plenário que esta modalidade de empréstimo está prevista na Lei das Finanças Locais, a qual também prevê a obrigação de que o mesmo esteja totalmente liquidado em trinta e um de dezembro do ano a que respeita.

Terminadas as intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação do plenário a proposta supra transcrita, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a contratação, respeitado o limite ao endividamento de curto prazo, durante o período de vigência do orçamento de dois mil e catorze, de um empréstimo a curto prazo, até ao montante de € 400 000,00 (quatrocentos mil euros), a amortizar até ao final do mesmo ano.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura da reunião, pelas dezassete horas e trinta minutos, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse que irá ser feito um intervalo nos trabalhos de cerca de trinta minutos, durante o qual será oferecido um chocolate quente a todos os presentes.

Foram retomados os trabalhos pelas dezoito horas, com a presença de todos os membros.

Passou-se de imediato, a discussão do ponto número cinco da ordem do dia.

5. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA EFEITOS DE EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS OBJECTO DE DELEGAÇÃO LEGAL, NO MANDATO DE 2013-2017 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presente a proposta de celebração de acordos de execução com as Juntas de Freguesia para efeitos de exercício das competências objecto de delegação legal, no mandato autárquico de 2013-2017, aprovada em reunião camarária de dezoito de dezembro corrente, a qual a seguir se transcreve: **"CELEBRAÇÃO DE ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA EFEITOS DE EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS OBJETO DE DELEGAÇÃO LEGAL, NO MANDATO DE 2013-2017 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL (artigo 132º, n.º 1 do artigo 133º, alínea m) do n.º 1 do artigo 33º, alínea k) do n.º 1 do artigo 25º todos da Lei n.º 75/2013, de 12.09)**

PROPOSTA

A nova Lei das Autarquias Locais (Lei n° 75/2013, de 12.09) fixa novas regras sobre o regime jurídico da delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias e das entidades intermunicipais.

A concretização da delegação de competências visa, nos termos do artigo 118°:

- a) a promoção da coesão territorial;
- b) o reforço da solidariedade inter-regional;
- c) a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações;
- d) a racionalização dos recursos disponíveis.

No caso da delegação de competências da câmara municipal nas juntas de freguesia, consideram-se delegadas por força da lei (n° 1 do artigo 132°):

- a) gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- b) assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros;
- c) manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d) gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;
- e) assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1° ciclo do ensino básico;
- f) promover a manutenção dos espaços envolventes aos estabelecimentos referidos nas alíneas anteriores.

O novo diploma impõe às câmaras municipais e às juntas de freguesia a celebração, no prazo de 180 dias após a respetiva instalação, dos acordos de execução que prevejam expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas daquelas competências.

Neste contexto legal e considerando:

1° A necessidade de dar cumprimento às citadas disposições legais, em especial ao n°1 do artigo 133° da Lei n° 75/2013, de 12.09;

2° Os bons resultados da execução do protocolo de delegação de competências anteriormente vigente e com idêntico objeto;

3° Que a colaboração das juntas de freguesia é indispensável à resolução mais próxima de inúmeros e importantes problemas das nossas populações, tendo a qualidade do serviço prestado e a obra realizada demonstrado, na prática, que a cooperação técnica e financeira é um meio essencial para a satisfação das necessidades dos munícipes, afinal o objetivo da atuação comum e concertada de todos os eleitos locais;

4° Que a delegação de competências é o instrumento adequado à concretização das ações e projetos nas áreas supra indicadas, com menores custos e maior eficácia e eficiência,

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

sempre com o acompanhamento técnico e apoio financeiro e em materiais da Câmara Municipal:

Proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere solicitar autorização à Assembleia Municipal para nos termos e em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, no mandato de 2013-2017, celebrar os acordos de execução constantes das minutas que se anexam, com as seguintes juntas de freguesia:

- 1- Junta de Freguesia de Mondim da Beira;
- 2- Junta de Freguesia de S. João de Tarouca;
- 3- Junta de Freguesia de Salzedas;
- 4- Junta de Freguesia de Várzea da Serra;
- 5- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouviães e Ucanha;
- 6- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira;
- 7- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dalvares.

Paços do Município, 9 de dezembro de 2013

O Presidente da Câmara,
Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que a celebração destes acordos de execução com as Juntas de Freguesia decorre da Lei.

Apelou aos Senhores Presidentes de Junta para que continuem a colaborar com o Executivo como o têm feito até aqui, pois entende que é fundamental conhecer as necessidades prioritárias das pessoas.

Intervieram de seguida os seguintes membros da Assembleia:

- **João Manuel da Silva Félix** - Cumprimentou os presentes, tendo expressado o seu agrado porque o Executivo cumpriu a sua promessa de manter as dez freguesias, uma vez que transferirá a verba em dobro para as Uniões de Freguesias.

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Na qualidade de Presidente de Junta agradeceu ao Executivo o facto de ter mantido a sua promessa no que respeita às transferências.

Manifestou a sua preocupação com a nova legislação das Autarquias Locais, uma vez que atribui mais competências às freguesias, apelando para que o Executivo mantenha a boa colaboração que tem tido até hoje com as Juntas de Freguesia e que a sua relação com elas não termine apenas com este protocolo.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Agradeceu o facto de o Executivo ter cumprido a promessa da transferência das verbas, e a disponibilidade que tem demonstrado para com os Presidentes da Junta, tendo dado o exemplo de diversos caminhos que já tiveram início, bem como da futura sede da Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares,

cujas obras já arrancaram por administração direta, levadas a efeito por pessoal qualificado da Câmara Municipal. Fez votos para que este intercâmbio continue.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu aos Senhores Presidentes de Junta intervenientes as palavras lisonjeiras que lhe dirigiram.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário a proposta supra transcrita, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a Câmara Municipal, nos termos e em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, a celebrar, no mandato autárquico de 2013-2017, os acordos de execução constantes das minutas anexas à presente proposta, com as seguintes juntas de freguesia, cujos montantes e competências a transferir a seguir se discriminam:

1- Junta de Freguesia de Mondim da Beira - Montante: € 1.500,00 (mil e quinhentos euros)/mês; Competências: a) gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; b) assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros; c) manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com excepção daquele que seja objecto de concessão.

2- Junta de Freguesia de S. João de Tarouca - Montante: € 1.500,00 (mil e quinhentos euros)/mês; Competências: a) gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; b) assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros; c) manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com excepção daquele que seja objecto de concessão.

3- Junta de Freguesia de Salzedas - Montante: € 1.500,00 (mil e quinhentos euros)/mês; Competências: a) gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; b) assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros; c) manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com excepção daquele que seja objecto de concessão.

4- Junta de Freguesia de Várzea da Serra - Montante: € 1.500,00 (mil e quinhentos euros)/mês; Competências: a) gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; b) assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros; c) manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com excepção daquele que seja objecto de concessão; d) - gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados.

5- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha - Montante: € 3.000,00 (três mil euros)/mês; Competências: a) gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; b) assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros; c) manter, reparar e substituir o

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

mobiliário urbano instalado no espaço público, com excepção daquele que seja objecto de concessão.

6- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira - Montante: € 3.000,00 (três mil euros)/mês; Competências: a) gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; b) assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros; c) manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com excepção daquele que seja objecto de concessão; d) gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados.

7 - Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dalvares - Montante: € 3.000,00 (três mil euros)/mês; Competências: a) gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes; b) assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros; c) manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com excepção daquele que seja objecto de concessão.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

6. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM - APROVAÇÃO DO PERCENTUAL PARA VIGORAR EM 2014

Presente a proposta para cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem e fixação do percentual para vigorar em dois mil e catorze, aprovada em reunião camarária de cinco de dezembro corrente, a qual a seguir se transcreve na íntegra:

"Taxa Municipal de Direitos de Passagem - Aprovação do percentual para vigorar em 2014

PROPOSTA

A Lei das Comunicações Eletrónicas - Lei n° 5/2004, de 10 de Fevereiro- estabelece no n°2 do artigo 106°, "que os direitos e os encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios públicos e privados municipais podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), a qual obedece aos seguintes princípios:

a) A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;

b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente, em cada município, até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%."

Assim, considerando:

- a) que na área do concelho de Tarouca existe uma rede de comunicações eletrónicas com um nível de desenvolvimento satisfatório;
- b) que não é permitida a aplicação e cobrança de quaisquer taxas, encargos ou remunerações pela utilização dos domínios público e privado municipal, em substituição da TMDP (n.ºs 1 e 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21.05);
- c) a atual situação económico-financeira do Município e a necessidade imperiosa de assegurar o cumprimento dos compromissos anteriormente assumidos no âmbito do plano de saneamento financeiro, em especial, a adoção de medidas ao nível da receita;
- d) o previsível reduzido impacto desta medida no orçamento das famílias:

proponho a V. Excias que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal a aprovação, no uso da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma, da cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10.02, para vigorar em 2014, a qual será determinada com base na aplicação do percentual de 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais da área do Município de Tarouca.

Tarouca, 25 de novembro de 2013

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar a proposta, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo explicou que as empresas de telecomunicações têm obrigação legal de pagar uma taxa ao Município, a qual não criará uma receita muito grande, mas também não onera muito os consumidores, e serve para obrigar as empresas a deixar um valor no Concelho, para além de ser mais um sinal para as entidades externas de que o Executivo pretende regularizar as contas do Município.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário a proposta supra transcrita, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar, no uso da competência prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09, a cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10.02, para vigorar em dois mil e catorze, a qual será determinada com base na aplicação do percentual de 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

redes e serviços de comunicações eletrônicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais da área do Município de Tarouca.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

7. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO 6º RELATÓRIO SEMESTRAL SOBRE A EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

Presente o sexto relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro em cumprimento do número seis do artigo sexto do Decreto-Lei número trinta e oito/dois mil e oito, de sete de março, respeitante ao período de 01.04.2013 a 30.09.2013, aprovado em reunião camarária de sete de novembro findo.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar a proposta, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo acerca do sexto relatório semestral explicou que este documento foi elaborado pelo anterior Executivo, referindo-se à atividade desenvolvida entre abril e setembro do corrente ano.

Salientou que, na sua opinião, este relatório não tem nada de coerente, pois quem o leu tem a perceção de que tudo está bem, que tudo está a ser cumprido, e que aquele era o caminho certo, o que não é verdade, uma vez que o Município está em situação de desequilíbrio estrutural financeiro desde o ano de dois mil e dez.

Continuou explicando que o relatório refere que se verifica uma diminuição das dívidas a fornecedores por comparação com o período homólogo, contudo se tivessem tido em consideração as dívidas que se encontram em contencioso isso já não se aconteceria, ou seja, verificar-se-ia um aumento.

Explicou ainda que relativamente à evolução do endividamento líquido municipal, se refere no relatório que no terceiro trimestre tinham o valor de € 12.038.000,00, quando tinha sido assumido o compromisso de reduzir 10% do valor em excesso. Ora, feitas as contas verifica-se que a trinta de setembro tinham reduzido apenas 0,87%, pelo que teriam de reduzir entre Outubro e Dezembro a diferença, ou seja 9,13%, para cumprir o compromisso, o que é um objetivo impossível de atingir e, por isso, provavelmente será um dos indicadores que no final do período não estará cumprido.

Em relação à evolução do endividamento de médio a longo prazo cujo objetivo era reduzir também 10%, até setembro só tinha sido reduzido 3,31%, ficando assim para este Executivo a redução da parte restante (6,69%).

Salientou ainda o prazo médio de pagamentos, para o qual se refere que, em comparação com período homólogo, se nota uma redução. No entanto, lembrou a aprovação dos acordos de regularização de dívidas celebrados pelo Município, os quais servem para adiar o pagamento das dívidas aos fornecedores, e que provocam a redução do prazo médio de pagamentos,

ressaltando que essa é uma forma de "maquilhagem" da realidade, pois os prazos de pagamento aos fornecedores têm vindo a aumentar.

Salientou ainda que o plano de saneamento financeiro previa a redução de despesas correntes, de despesa com pessoal, a contenção de horas extraordinárias, contudo em vinte e um de Outubro, todos os valores que lhes foram apresentados eram superiores ao ano transato, o que significa que o relatório não está correto.

Concluiu salientando que não gosta desta forma de trabalhar, por isso, na informação financeira que é agora elaborada pelo Executivo para ser enviada aos membros da Assembleia faz questão que seja colocada de uma forma transparente toda a situação financeira do Município.

Intervieram os seguintes membros:

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Manifestou a sua preocupação com este assunto, tendo solicitado a reflexão de todos, pois este relatório foi aprovado em reunião da Câmara Municipal com os votos favoráveis do PS e as abstenções do PSD, dada a incoerência do documento, contudo se os grupos municipais decidissem agora votar contra, pergunta quais seriam as consequências dessa votação e como se poderia resolver.

Disse ainda que não sabe bem o que fazer nesta situação, pois estamos perante um Executivo que quer resolver uma situação, perguntando-se o que resta fazer.

- **António do Carmo Santos** - Considera que é importante que todos estejam preocupados com a situação financeira do Município, contudo também entende que é fundamental saber honrar os compromissos assumidos.

Disse ainda que entende perfeitamente a preocupação manifestada pelo anterior interveniente, mas também considera que há necessidade de resolver este problema.

Lembrou que em reunião da Câmara Municipal ninguém votou contra na votação do documento, pois o Executivo é responsável, tendo sido aprovado por dois votos a favor e três abstenções. Lembrou ainda a votação de anteriores relatórios, os quais foram aprovados na maior parte das vezes por unanimidade, por isso a responsabilidade já não é de hoje, faz parte de um período, para além de que as contas podem ser vistas de diversas formas, daí que votará a favor do relatório.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Disse que não está aqui em causa a questão de cumprir com as obrigações do Município, o que está em causa é o relatório de saneamento financeiro, no qual, pelo cenário traçado pelo Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo, se verifica que ele branqueia a situação financeira do Município.

Disse que para ele não são importantes as anteriores votações, porque os protagonistas eram outros, e cada um apresenta os números como quer.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Acrescentou que uma vez que lhe parece ser fundamental que o relatório seja aprovado, não resta outra alternativa ao Grupo Municipal do PSD que não seja abster-se.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação do plenário o sexto relatório semestral sobre a execução do Plano de Saneamento Financeiro, respeitante ao período de 01.04.2013 a 30.09.2013, o qual foi aprovado por maioria de dois votos a favor dos membros António Carmo Santos e Manuel Leite de Santos e vinte abstenções dos restantes membros da Assembleia.

Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelos membros Luís Fernando Coelho de Barros Pereira e Ana Palmira Botelho Figueiredo:

"Por uma questão de coerência com outras atitudes do passado, uma vez que não faziam parte da Assembleia Municipal, nem de qualquer outro órgão, não poderiam votar a favor ou contra contas que lhes foram agora apresentadas pela primeira vez e sobre as quais não têm qualquer responsabilidade."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

8. ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EM REPRESENTAÇÃO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que, nos termos do disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 7/2003, com as alterações posteriormente introduzidas, é necessário proceder à eleição de um presidente da junta de freguesia para integrar o Conselho Municipal de Educação, em representação das freguesias do Concelho.

De imediato, procedeu-se à eleição, por escrutínio secreto, tendo sido obtida a seguinte votação:

- Vítor Alexandre Cardoso Ferreira - quinze votos;
- Rui Fernando Guedes Raimundo - três votos;
- Tiago Jorge Martins Eusébio - um voto;
- Votos brancos - três votos.

Foi assim eleito o membro Vítor Alexandre Cardoso Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira, para integrar o Conselho Municipal de Educação, em representação das freguesias do Concelho.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

9. DESIGNAÇÃO DE 4 PESSOAS DE ENTRE CIDADÃOS ELEITORES PARA INTEGRAREM A CPCJ - COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TAROUCA

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que recebeu os ofícios números sessenta e quatro e setenta e quatro, de vinte e sete de novembro findo e de vinte e seis de dezembro corrente, respetivamente, remetidos pelo Senhor

Presidente da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Tarouca, nos quais solicitava que, nos termos do número um do artigo número um do artigo vinte e seis da Lei que regula as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, fossem designadas quatro pessoas de entre cidadãos eleitores para integrarem a CPCJ de Tarouca, tendo sugerido alguns nomes de pessoas, dos quais deu conhecimento aos líderes dos Grupos Municipais

Solicitou de seguida aos Grupos Municipais para apresentarem as suas propostas de lista.

Foi apresentada a seguinte lista subscrita pelos três Grupos Municipais, a qual foi denominada de Lista A:

- Adriano Filipe Assis;
- Ilda Maria Teixeira Oliveira Silva;
- Isabel Maria Seiceira da Costa Proença;
- José Manuel Andrade de Oliveira.

De imediato, procedeu-se à eleição, por escrutínio secreto, tendo sido obtida a seguinte votação:

- Lista A - vinte e dois votos a favor.

Foram assim designados os seguintes cidadãos eleitores para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Tarouca:

- Adriano Filipe Assis;
- Ilda Maria Teixeira Oliveira Silva;
- Isabel Maria Seiceira da Costa Proença;
- José Manuel Andrade de Oliveira.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

10. PROGRAMA "CIDADÃO PARTICIPA"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que se pretende envolver os cidadãos nas decisões e promover a participação das instituições na dinâmica autárquica, tendo surgido a ideia de promover um concurso no âmbito do Programa "Cidadão Participa" destinado a seleccionar um projeto inovador de desenvolvimento cultural, desportivo, recreativo, social ou outro, apresentado por instituições do nosso Concelho, o qual será escolhido por todos os cidadãos, que participem no Congresso da Cidadania Política, a organizar pela Assembleia Municipal, se assim o entenderem, e que pode vir a ser o embrião de um futuro orçamento participativo.

Propôs assim ao plenário que seja dada autorização à Comissão Permanente da Assembleia Municipal para elaborar o Regulamento do Programa "Cidadão Participa", o qual será posteriormente submetido à apreciação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

Não tendo havido intervenções, procedeu-se de imediato à votação da proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, tendo sido deliberado por unanimidade conferir poderes à Comissão Permanente da Assembleia Municipal para

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

elaborar o Regulamento do concurso no âmbito do Programa "Cidadão Participa", a fim de posteriormente ser submetido à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Nesta altura, lembrou os cidadãos presentes que deverão inscrever-se para poderem intervir no segundo momento de intervenção do público.

11. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respectiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n.º 2 art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12.09), a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e será arquivada sob o número vinte e três do maço de documentos número um do livro de atas número dez.

Intervieram os seguintes membros da Assembleia Municipal:

- **António do Carmo Santos** - Disse que o tempo de atividade é pouco, mas o volume de obras já é grande e dada a difícil situação financeira que atravessamos, louvou o trabalho do Executivo, tal como o fazia nos anteriores mandatos, porque estão a melhorar a qualidade de vida dos Tarouquenses.

Manifestou o seu reconhecimento ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo pela forma como apresentou o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, uma vez que ninguém é obrigado a fazer mais quando não há possibilidades financeiras.

Disse ainda que, na sua opinião, as críticas, quando existam, devem ser construtivas, porque a história só evolui quando há ideias contraditórias que são discutidas e que podem vir a mudar alguma coisa. Espera por isso que todas as ideias veiculadas se venham a concretizar em ações e que estas vão ao encontro dos anseios das pessoas.

Concluiu desejando a todos um bom ano e que seja profícuo.

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Agradeceu a execução do calçetamento do caminho de Formilo, deixando também uma palavra de apreço aos trabalhadores da Autarquia que efetuaram o trabalho, pela sua extrema competência.

Agradeceu ainda ao Executivo o facto de terem descentralizado os serviços de jardinagem e terem colocado pessoal a arranjar os jardins nas diversas localidades.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Formulou votos de um bom ano para todos.

Disse que entende que a informação da atividade do Executivo está bastante completa no que respeita a obras públicas, contudo parece-lhe que noutros setores está incompleta, pois julga que um relatório deve conter a informação o mais esmiuçada possível. Julga que devia ser especificado por

exemplo: o número de contadores de água colocados; o número de ligações domiciliárias de água executadas; o número de atendimentos a emigrantes; o número de consultas feitas na Unidade Móvel, por especialidade; as medidas que foram tomadas em concreto pela Proteção Civil, entre outras.

Solicitou, por isso, que num próximo relatório haja um maior cuidado e conste uma informação mais detalhada, a qual julga que seria importante conhecer para se projetar o futuro.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Disse que compreende as preocupações manifestadas pelo membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, mas tem dúvidas se em termos de análise para a Assembleia Municipal esses dados serão assim tão importantes, pois na sua opinião eles apenas importam ao Executivo. Por outro lado, entende que se viessem para aqui analisar números de contadores colocados, números de consultas, etc. estariam a ultrapassar as competências do órgão.

Perguntou ao Senhor Presidente da Câmara qual o motivo da suspensão da empreitada de ampliação do edifício dos Paços do Município; em que consistirá o Balcão Único e qual o seu objetivo.

Concluiu desejando a todos os presentes um bom ano.

Terminadas as intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** salientou que toda a informação que os membros da Assembleia pretendam obter do Executivo poderão solicitá-la através do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que rapidamente dará resposta.

A propósito, informou que foram apresentados ao Executivo dois assuntos de carácter social pela representante do Grupo Municipal Tarouca Merece, aos quais foi dada imediata resposta.

Deu de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos necessários.

O **Senhor Presidente da Câmara** iniciou por agradecer as felicitações que foram dirigidas ao Executivo.

Esclareceu que o documento apresentado é uma informação do Executivo e não um relatório, pelo que entende que não tem de ser tão detalhado como referiu o membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira.

Explicou que o Balcão Único será instalado na entrada do edifício dos Paços do Município, onde serão colocados dois funcionários que responderão a qualquer situação de atendimento ao público.

Quanto ao auto de suspensão da empreitada da ampliação dos Paços do Município, informou que vai ser novamente submetida a sua candidatura ao financiamento dos fundos comunitários, até porque pensa que aquela obra só deveria ter sido executada após ter sido aprovada a respetiva candidatura, já que não a considera urgente, porque veio a criar muitas dificuldades financeiras. Explicou ainda que a apresentação da candidatura não poderia ser feita se a obra já tivesse

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

sido recepcionada, daí que houve necessidade de ser suspensão, para se tentar resolver o problema. Passou-se de seguida ao

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO - 2º MOMENTO

Inscreveram-se para intervir os seguintes cidadãos:

- Carlos Manuel Albuquerque, residente em Tarouca;
- Manuel Lopes Soares, residente em Mondim da Beira;
- Mário Manuel Lopes Almeida, residente no lugar de Pinheiro, freguesia de S. João de Tarouca;
- Lucílio Fernando Assunção Teixeira, residente em Tarouca;
- Carminda Santos Rodrigues, residente em Gouveias.
- **Carlos Manuel Albuquerque** - Regozijou-se pelas palavras que o Senhor Presidente da Mesa dirigiu ao público logo no início da sessão.

Sugeriu a criação do Museu Regional de Tarouca, para que pudesse ser exposto o vasto acervo que existe espalhado pelo Concelho e pela região, que incluísse um espaço para arquivo de imagem e linguagem tão útil nos nossos dias, referindo que deixa este alerta para que possa ir sendo feito ao longo do tempo.

Manifestou o seu contentamento pelo interesse do Executivo no desenvolvimento da agricultura do Concelho, bem como pela intenção de reparar caminhos agrícolas, açudes e regadios, dado que alguns são autênticos percursos pedestres que urge preservar.

Concluiu desejando a todos um ano muito frutífero para o desenvolvimento do Concelho.

- **Manuel Lopes Soares** - Disse que, por acaso, esta semana teve conhecimento da classificação do Agrupamento de Escolas de Tarouca como TEIP, o que o surpreendeu pela negativa, pois é vista como uma escola frequentada por crianças e jovens problemáticas. Perguntou se já alguém parou para pensar no prejuízo que pode ter, no futuro, um jovem que frequentou esta escola, dado que é um estabelecimento de ensino que está descredibilizado. Por isso, solicitou a todos que façam tudo o que estiver ao seu alcance para colocar um termo a esta situação, pois o concelho de Tarouca tem jovens tão inteligentes como o resto do país e a nossa escola tem de ser digna de um bom nome.

Disse ainda que a classificação da escola como TEIP nunca foi veiculada em anteriores Assembleias Municipais de que fez parte, por isso o seu desconhecimento, senão nunca o teria aceite. Espera que o mais breve possível possa ser dada informação a este órgão de que a escola já deixou de ser classificada como TEIP.

Referiu que desconhecia que a anterior Câmara Municipal já tinha dívidas em contencioso, apesar de fazer parte da Assembleia Municipal no anterior mandato, pois quando questionava o Executivo sempre lhe respondiam que tudo estava em conformidade. Julga que é um assunto melindroso que urge resolver. Fez votos para que os atuais membros da

Assembleia sejam mais astutos do que ele próprio foi, relativamente às mentiras que lhe foram contadas, uma vez que hoje tomou conhecimento que as contas que lhe eram apresentadas na altura não passavam de um disfarce, o que lamenta. Espera que esta mudança seja salutar e que, daqui a pouco tempo, tenham melhores notícias sobre a situação financeira do Município.

Concluiu dando os parabéns pela realização desta sessão da Assembleia no Auditório Municipal, onde mais gente pode assistir, pois só um povo informado pode reivindicar, desejando a todos os presentes um bom ano, mais profícuo do que no passado.

- **Mário Manuel Lopes Almeida** - Solicitou que todos, autarcas e munícipes estejam de mãos dadas e tentem arranjar as melhores soluções para que Tarouca seja visto como um Concelho exemplar onde as pessoas querem viver.

- **Lucílio Fernando Assunção Teixeira** - Disse que há dezasseis anos que não assiste a uma sessão da Assembleia Municipal, não porque tivesse sido excluído, mas sim porque decidiu autoexcluir-se, porque na sua perspetiva democrática não tinha ali espaço, não pelas pessoas que dela faziam parte, mas pela forma como funcionava.

Deu os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por abrir as portas da Assembleia Municipal e a tornar participativa, permitindo que os cidadãos eleitores possam confrontar o Executivo.

Felicitou o Executivo pelo Orçamento e Grandes Opções do Plano apresentados, por ser coerente, já que abrange um leque de intenções que têm a ver com a essência de Tarouca e com as disponibilidades económicas que irão dispor para o próximo ano, pois não basta fazer orçamentos com números bonitos e depois não ser realizável.

Disse que voltará a intervir numa próxima sessão sobre as políticas sociais, pois parece-lhe pouco o que está previsto no plano de atividades para esta área.

Referiu a eleição dos elementos para integrarem a CPCJ, à qual pertence desde há 12 anos, com a qual ficou satisfeito. Disse ainda que, pela coerência de atitudes a que teve hoje oportunidade de assistir, pensa que o Executivo vai ter suporte para avançar e que Tarouca pode confiar nos seus políticos.

Concluiu dando os parabéns pela forma como decorreram os trabalhos, pela disciplina com que decorreu toda a sessão, pelas atitudes, fazendo votos para que se mantenha o mesmo nível nas próximas sessões da Assembleia e que o Executivo obtenha os resultados pretendidos.

- **Carmina Santos Rodrigues** - Salientou que é a primeira vez que conseguiu assistir a uma sessão da Assembleia, por se ter realizado a um sábado, pois durante a semana não é fácil participar.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Solicitou o arranjo do caminho que liga o Varosa à ponte romana de Salzedas, porque lhe parece que o mesmo foi esquecido, mas que é útil para que os turistas, dos dois hotéis perto do local, possam visitar as nossas belezas naturais.

Solicitou ainda a resolução do problema de acumulação de águas na ligação entre Eira Queimada e o Varosa, onde vivem alguns idosos que ficam impossibilitados, quando chove muito, de se deslocarem para qualquer lado a pé e mesmo de carro, solicitando que seja resolvido conforme aconteceu na estrada junto ao Minipreço.

Solicitou ainda a resolução do problema de acumulação de lama quando chove, no lugar de Santa Bárbara em Eira Queimada, uma vez que foi tapado um aqueduto e a água não tem por escoar.

Referiu ainda que, com a construção do novo hotel junto a Vila Pouca de Salzedas, a estrada está a ceder e a cair para um terreno particular, pelo que solicitou o seu arranjo.

Terminada a intervenção do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos necessários.

O Senhor Presidente da Câmara disse que registou com agrado as palavras que lhe foram dirigidas, comprometendo-se a tomar as medidas necessárias para resolver os problemas apresentados.

Agradeceu as palavras que lhe foram dirigidas pelo Senhor Lucílio Fernando Assunção Teixeira, Provedor da Santa Casa da Misericórdia, que são para ele motivo de satisfação e orgulho.

À Senhora Carmina dos Santos Rodrigues explicou que o Presidente de Junta da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha já lhe tinha mostrado todos esses problemas que referiu.

Registou com agrado a forma elevada como esta sessão decorreu e como o Senhor Presidente da Assembleia conduziu os trabalhos, salientando que foi hoje dada mais uma lição de democracia e respeito.

Referiu que entende que o relacionamento do Executivo com a Assembleia Municipal está a decorrer da melhor forma, tendo dado o exemplo dos dois casos sociais que foram apresentados pelo membro Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso, os quais desconhecia e que foram de imediato resolvidos. Considera muito importante esta abertura entre os dois órgãos pois só dessa forma se conseguem resolver os problemas do Concelho.

Referiu ainda a forma como os grupos municipais têm chegado a consenso, sempre que é necessário, o que entende que é uma bonita forma de estar na política, ressaltando que para ele as críticas também são importantes, a fim de se encontrarem as melhores soluções para o Concelho, fazendo votos para que esta atitude se mantenha no ano que se avizinha.

Concluiu desejando a todos os presentes um bom ano de 2014.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu ao público a sua presença e as intervenções que foram apresentadas, pois entende que aconteceu cidadania e democracia.

Agradeceu às pessoas que tornaram possível esta sessão, designadamente: à funcionária Elsa Rodrigues que serviu o chocolate quente no intervalo; aos funcionários do Auditório pela disponibilidade; aos dois jovens músicos que abrilhantaram o intervalo; às doceiras que deram um ar diferente ao evento; a todos os representantes de instituições que aqui estiveram presentes, tendo a propósito registado a presença do Senhor Comandante dos Bombeiros Voluntários, que entretanto chegou, entendendo que em conjunto construíram democracia e cidadania.

Ressaltou que não tem palavras para manifestar o profundo agradecimento que sente ao que aconteceu aqui hoje e a todos os cidadãos presentes, salientando que os autarcas são pessoas simples e normais, que apenas têm a responsabilidade acrescida de os representar e que estarão sempre disponíveis para ouvir a população.

Agradeceu ainda ao Executivo Municipal, ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal pelo trabalho que desenvolve todos os dias, a todos os membros presentes, à Mesa, salientando que a Assembleia Municipal estará sempre aberta a ouvir os cidadãos, dispondo para esse efeito um Gabinete no edifício dos Paços do Município.

Concluiu desejando a todos um bom ano.

Nesta altura, o membro **Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso** solicitou autorização para intervir, tendo agradecido ao Senhor Presidente da Câmara a forma rápida e amável como foram resolvidos os problemas que apresentou e desejado a todos um bom ano, com muita saúde e paz.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a reunião pelas vinte horas, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Ana Maria Guerra Borges*, Coordenadora Técnica, a subscrevi.

